

O BRASIL TEM MUITO A GANHAR COM A RECICLAGEM DE EMBALAGENS

Fabio Mestriner

Professor do curso de Pós-Graduação em Engenharia de Embalagem
da Escola de Engenharia Mauá.

Coordenador do Comitê de Estudos Estratégicos da ABRE –
Associação Brasileira de Embalagem.

Autor dos livros “Design de Embalagem Curso Avançado” e “Gestão Estratégica de
Embalagem”

Um dos temas mais discutidos pela sociedade brasileira, atualmente, é a reciclagem. Envolvendo desde pneus até embalagens, este assunto tem mobilizado o governo e a sociedade civil a apaixonados debates, abordando os mais diferentes ângulos da questão, com vistas ao estabelecimento de uma política nacional de resíduos sólidos.

A sociedade brasileira tem sido bombardeada por matérias e programas voltados exclusivamente para esclarecê-la sobre as principais questões que vêm sendo abordadas. Ocorre, entretanto, que, pela complexidade do tema e suas múltiplas facetas, tem predominado uma abordagem simplista, que mais contribui para a desinformação das pessoas que para seu esclarecimento.

Por isso é importante que este tema, tão importante para o país, seja colocado numa perspectiva positiva, que leve a seu desenvolvimento efetivo e não apenas a um debate estéril de posições e idéias muitas vezes distorcidas pela falta de conhecimento e pela radicalização ideológica.

A Indústria Brasileira de Embalagem é a favor da reciclagem, da coleta seletiva e de uma legislação que incentive os três principais agentes envolvidos na questão a atuarem de forma integrada, compartilhando suas responsabilidades e contribuindo cada um com a sua parte. Tanto é assim, que vem desempenhando por sua própria iniciativa um papel decisivo nessa atividade

que tem levado o Brasil a alcançar índices elevados de reciclagem, superiores em muitos casos à maioria das médias mundiais.

A sociedade civil, a administração pública e a indústria têm funções e responsabilidades complementares e precisam desempenhá-las de forma simultânea e organizada para transformar a reciclagem numa atividade em que todos têm muito a ganhar.

Para que um programa nacional de reciclagem funcione de verdade, não basta apenas a legislação. Estamos cansados de ver leis que não conseguem sair do papel por não se criarem condições reais para sua execução.

É preciso que os agentes responsáveis por sua execução tenham diretrizes claras e objetivas e os meios para agir de forma efetiva, do contrário vamos ficar apenas no discurso vazio e perderemos a oportunidade de viabilizar, em escala nacional, uma atividade que tantos benefícios traz ao país e aos brasileiros e à qual todos os principais agentes são amplamente favoráveis.

Temos certeza de que a sociedade brasileira acolhe com simpatia e entusiasmo a reciclagem e deseja participar dela. O poder público só tem a ganhar com a coleta seletiva, que vai fazer com que o manejo do lixo, que hoje representa custos elevados para as municipalidades, passe a se constituir numa fonte de receita para as prefeituras, e, finalmente, a indústria para a qual converge o produto da reciclagem tem cálculos muitos precisos do valor dessa atividade para seu negócio e sabe que só tem a ganhar com isso.

Estamos diante de um caso raro de atividade, em que todos são a favor e só têm a ganhar com sua implantação, mas que ainda não consegue vencer seus grandes obstáculos. Se não compreendermos claramente quais são eles, corremos o risco de não chegar a lugar algum nesta discussão.

A reciclagem é uma atividade econômica que, para funcionar, exige um sistema de coleta e logística reversa com empreendimentos organizados e

complementares, com estruturas industriais complexas com grandes investimentos, estruturas e organização operacional.

Tudo isso já está sendo feito e funcionando no país, graças a uma série de iniciativas da sociedade civil, de algumas prefeituras e da indústria de embalagem. A reciclagem no Brasil hoje é uma realidade e existem segmentos como o da lata de alumínio, cujos níveis de coleta e reciclagem estão acima da média mundial; outros, como o do papelão, já superaram os 75% de reciclagem e o do PET, do qual somos o segundo maior reciclador mundial.

A nosso ver, a legislação nacional de resíduos sólidos deve ser voltada à criação de diretrizes que favoreçam a articulação e organização dos três setores envolvidos em torno de metas simples e objetivas. Além disso deve criar condições que incentivem a coleta seletiva, a implantação de indústrias de reciclagem em todo o território nacional assim como de empresas de coleta especializada. A indústria brasileira de embalagem é amplamente favorável à reciclagem e a uma política nacional de resíduos sólidos que venha ajudar a atividade a se desenvolver.

A responsabilidade compartilhada entre a sociedade civil, a administração pública e a indústria é a forma mais eficiente e adequada de fazer com que o Brasil tenha um programa nacional de reciclagem que gere empregos, atividade econômica e melhoria na qualidade de vida nas cidades. Por isso temos participado ativamente das discussões sobre esses temas e estamos confiantes em que ela chegará a uma legislação que abrirá uma nova perspectiva para o tratamento dos resíduos sólidos no Brasil.

Como parte desses esforços, vamos realizar no início do segundo semestre um Fórum de discussão reunindo entidades governamentais e da sociedade civil para se discutirem formas de ampliar os índices de reciclagem de embalagem. Sabemos que, no futuro, haverá mais habitantes na Terra; as pessoas viverão mais, consumirão mais e morarão em grandes cidades distantes do campo e da produção de alimentos.

Esse cenário indica claramente que a embalagem terá uma participação cada vez maior na sociedade do século XXI e sua reciclagem será a solução para não só reduzir seu impacto ambiental, mas também para gerar empregos de que essas pessoas tanto necessitarão.